



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

**Dissertação**

**AS MEDIDAS DE REFORMAS ESTRUTURAIS EM ANGOLA NO ÂMBITO  
DO ACORDO STAND-BY COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL**

Autor:

José Alberto Mafo

**Orientação:** Professor Doutor João António Ramos Estêvão

**Júri**

**Orientador:** Professor Doutor João António Ramos Estêvão

**Presidente do Júri:** Professor Doutor Mário Guillermo Gomez Olivares

**Vogal:** Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira

**Dezembro de 2014**



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO  
Dissertação**

**AS MEDIDAS DE REFORMAS ESTRUTURAIS EM ANGOLA NO ÂMBITO  
DO ACORDO STAND-BY COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL**

Autor:

José Alberto Mafo

Orientação: Professor Doutor João António Ramos Estêvão

**Lisboa, Dezembro de 2014**



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**Dissertação**

**AS MEDIDAS DE REFORMAS ESTRUTURAIS EM ANGOLA NO ÂMBITO  
DO ACORDO STAND-BY COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL**

Autor:

José Alberto Mafo

Orientação: Professor Doutor João António Ramos Estêvão

**Lisboa, Dezembro de 2014**

## **Acrónimos e Abreviaturas**

**APD** – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

**BM** – Banco Mundial

**BNA** – Banco Nacional de Angola

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IDE** – Investimento Directo Estrangeiro

**SBA** – *Stand-By Agreement*

**SEF** – Saneamento Económico e Financeiro

**SONANGOL** – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

**OGE** – Orçamento Geral do Estado

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OPEC** - *Organization of the Petroleum Exporting Countries*

**PAG** – Programa de Acção do Governo

**PERT**- Programa de Reforma Tributária

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIP** – Programa de Investimento Público

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objectivo analisar as medidas de reformas estruturais implementadas em Angola no âmbito do Acordo *Stand-by* com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no período de 2009 a 2012, com ênfase na transparência, prestação de contas e na gestão das receitas provenientes do petróleo.

Em Novembro de 2009, o Governo Angolano submeteu-se aos programas de reformas estruturais do FMI, depois de ter solicitado um programa de assistência financeira para resolver os desequilíbrios macroeconómicos internos e externos. No entanto, a origem do fraco desempenho macroeconómico de Angola neste período, parece ter sido resultado da falta de disciplina orçamental do governo, associada à crise financeira de 2008-2009, que provocou a queda do preço internacional do petróleo e das reservas líquidas internacionais.

**Palavras-chaves:** Fundo Monetário Internacional; Acordo *Stand-by*; Governo Angolano; Gestão das Finanças Públicas; Transparência

## **Abstract**

This work intend to analyse the measurements of structural reforms implemented in Angola under the Stand-by Arrangement with the International Monetary Fund (IMF) for the period 2009-2012, focusing transparency, accountability and management of oil revenues.

In November 2009, Angola has undergone structural reforms to IMF programs after having requested a program of financial assistance to resolve internal and external macroeconomic imbalances. However, the origin of the weak macroeconomic performance of Angola in this period seems to have been a result of lack of fiscal discipline of the government, coupled with the financial crisis of 2008-2009, which caused a drop in the international price of oil and the net international reserves.

**Keywords:** International Monetary Fund, Stand-by Arrangement, Angolan government; structural reforms; Public finance management; Transparency.

<b>RESUMO</b> .....	1
<b>ABSTRACT</b> .....	2
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	4
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	5
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE AS REFORMA ESTRUTURAIS</b> ...	9
1.1. Os Programas de Reformas Estruturais .....	9
1.2. O Fundo Monetário Internacional e os Mecanismo de Intervenção nos Programas de Reformas Estruturais .....	17
<b>2. ANGOLA: OS PROBLEMAS DAS REFORMAS ESTRUTURAIS E DA RELAÇÃO COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL</b> .....	19
2.1. Angola e a Relação com o Fundo Monetário Internacional: Breve Contextualização.	24
2.2. Angola e o Acordo Stand-By com o Fundo Monetário Internacional .....	27
<b>3. AS MEDIDAS DE REFORMAS ESTRUTURAIS NO ÂMBITO DO ACORDO STAND-BY</b> .....	33
3.1. Gestão das Despesas Públicas.....	33
3.2. Transparência Fiscal .....	35
3.3. Estabilidade do Sector Financeiro.....	37
3.4. Reforma Tributária.....	38
3.5. Medidas e Transparência do Banco Nacional de Angola.....	38
<b>4. AS IMPLICAÇÕES DO ACORDO STAND-BY</b> .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	45
<b>ANEXOS</b> .....	50

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1</b> - Caracterização de Angola.....	50
<b>Quadro 2</b> – Crescimento do PIB e da Inflação a partir de 2002 a 2006.....	51
<b>Quadro 3</b> - Indicadores Sobre a BP e Crescimento Económico (2006- 2011). ....	52
<b>Quadro 4</b> - Indicadores Sobre Receitas Fiscais, Exportação, Preço do Petróleo (2008-2012).....	53
<b>Quadro 5</b> - Evolução da Estrutura das Despesas Pública (2006 - 2012) .....	53
<b>Quadro 6</b> - As Medidas e Reformas Estrutural ao abrigo do Acordo Stand-By.....	54
<b>Quadro 7</b> - Taxas Reais de Crescimento do PIB (%).....	56
<b>Quadro 8</b> - Preço do Petróleo durante o Iº Semestre de 2008.....	57
<b>Quadro 9</b> - Programas de Assistência Financeira do FMI.....	57
<b>Quadro 10</b> – Indicadores sobre Balança de Pagamentos.. ....	58

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor João Estêvão, pela orientação, persistência e ajuda prestada na elaboração deste trabalho e, especialmente pela disponibilidade sempre manifestada, apesar do seu horário demasiado preenchido.

À todos os Professores e Colegas do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional edição 2012/2013, especialmente Maria Vilhena, Bruno Pereira, Iloida agradeço a solidariedade manifestada ao longo das aulas, em especial o Professor Ennes Ferreira pela excelência colaboração.

Ao Instituto Nacional de Bolsas de Estudos (INABE), à Professora Maria Cândida Pereira Teixeira minha eterna gratidão.

## INTRODUÇÃO

Depois da crise financeira internacional de 2008-2009, a questão das reformas estruturais em Angola passou a assumir um interesse preponderante. Neste período, e no que diz respeito particularmente, ao processo orçamental e à transparência na gestão das finanças públicas de Angola, as reformas foram determinantes no seu relacionamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A partir deste período, a preocupação do Governo Angolano centrou-se no desenvolvimento económico do país, quer ao nível da disciplina e gestão orçamental, quer no processo da transparência das finanças públicas. Por outro lado, a economia angolana virada para o exterior, consubstanciada no que se denomina por economia do petróleo, sofreu um impacto negativo da crise financeira de 2008-2009, na sequência da queda dos preços do petróleo nos mercados internacionais, causando um saldo negativo na balança de pagamentos e um défice no Orçamento do Estado, que depende das receitas provenientes do petróleo. Foi neste âmbito, que Angola se submeteu ao programa de ajustamento macroeconómico apoiado pelo FMI, para melhorar a sua posição fiscal e mitigar os efeitos adversos da crise.

O presente trabalho, intitulado “*As medidas de reformas estruturais em Angola no âmbito do Acordo Stand-by com o FMI*” no período de 2009 a 2012, tem como objectivo analisar as implicações dessas reformas no processo de gestão das finanças públicas de Angola.

Nesta perspectiva, o objectivo central do presente trabalho pode definir-se através das seguintes indagações:

- Até que ponto o programa de reformas com o FMI estimulou a transparência e a gestão das finanças públicas de Angola?

- Qual terá sido a causa para que o Governo angolano recorresse aos empréstimos do FMI, uma vez que Angola se classifica como das economias de maior crescimento em África?

A partir destas questões, procuraremos compreender os factores que influenciaram o défice e a gestão orçamental do país. Pretendemos também com este trabalho demonstrar que a economia angolana se caracteriza por dependências e desequilíbrios estruturais, daí a necessidade de se avaliar o impacto da dependência do petróleo, que provocou graves consequências ao nível da balança de pagamentos.

A tendência para as reformas estruturais em Angola aponta para uma intervenção da política orçamental que influencia a actividade económica a curto prazo, de forma não só a equilibrar as flutuações económicas, mas também assegurar o crescimento económico do país.

A análise das reformas estruturais tende a ser situada no contexto internacional, particularmente quando a abordagem metodológica está orientada para um estudo de caso. Mas no caso concreto de Angola, até finais de 2000, houve tentativas de reformas que foram interrompidas inúmeras vezes, pelo que parece relevante definir os casos a observar até esse período.

A partir de uma metodologia essencialmente descritiva e analítica, as principais fontes do trabalho estão inscritas em dados documentais e bibliográficos, com destaque para os relatórios e outros documentos oficiais produzidos neste período, assim como a literatura crítica existente. O trabalho está estruturado em quatro pontos, para além da introdução e das considerações finais:

1: Apresentação sucinta do conceito de reformas estruturais, a caracterização geral das reformas com destaque na América Latina e na África Subsariana, bem como o

contexto em que elas surgiram. Igualmente, serão descritos em linhas gerais os mecanismos de intervenção do FMI e, em seguida, analisar-se-á o papel do FMI nos programas de reformas, mais concretamente o Acordo *Stand-by*;

2: Abordagem dos problemas das reformas estruturais em Angola, bem como as tentativas de reformas económicas iniciadas em 2000, com particular destaque para a história da relação entre Angola e o FMI. Seguidamente, serão apresentadas as circunstâncias que permitiram o início das negociações para a adesão de Angola aos estatutos do FMI, tendo como foco principal o contexto em que o país submetido a um programa de ajustamento macroeconómico apoiado por este Organismo internacional;

3: Análises das principais medidas de reforma estrutural no âmbito do Acordo *Stand-by* com o FMI, na perspectiva de compreender os impactos destas medidas, serão feitas reflexões em torno do programa de ajustamento a que o país esteve submetido a partir de Novembro de 2009. Além disso, serão ainda analisadas questões relacionadas com as despesas públicas; transparência fiscal; estabilização do sistema financeiro; reforma tributária e transparência do Banco Nacional de Angola, questões cuja discussão tem desencadeado vários debates em determinados círculos internacionais;

4: Avaliação em linhas gerais das implicações do acordo *Stand-by* ao nível da reforma económica em Angola, procurando compreender os seus efeitos ao nível da gestão das finanças públicas.

# 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE AS REFORMAS ESTRUTURAIS

## 1.1. CONTEXTO GERAL DAS REFORMAS ESTRUTURAIS

A problemática das reformas estruturais que procuramos analisar neste trabalho constitui um processo histórico cuja importância é proporcional às crises económicas. O processo iniciou-se na década de 70 do século passado e propagou-se dos anos 80 e 90 até à actualidade, levando ao surgimento do neoliberalismo como doutrina política e económica concebida para, entre outros objectivos, promover o crescimento económico e o equilíbrio da balança de pagamentos.

Antes de apresentarmos o contexto das reformas estruturais, comecemos por apresentar o conceito de reforma estrutural que está na génese deste trabalho.

Segundo o FMI (2006:182), a reforma estrutural pode ser entendida, como:

*“(...) a detailed economic program, that is based on an analysis of the economic problems of the member country and specifies the policies being implemented or that will be implemented by the country in the monetary, fiscal, external, and structural areas, as necessary, to achieve economic stabilization and set the basis for self-sustained economic growth”.*

As reformas estruturais podem ter um forte impacto sobre a estabilização macroeconómica, liberalização, privatização, abertura do comércio ao exterior e desregulamentação dos mercados. Neste contexto, as reformas estruturais pretendem, para além da estabilização macroeconómica e da sustentabilidade dos equilíbrios, transformar estruturalmente o funcionamento das economias. Aliás, esta noção aproxima-se da asserção de Estêvão (2005:30), que define a reforma estrutural como sendo:

*“Transformação das estruturas económicas e institucionais e dos modelos de gestão macroeconómica, com o objectivo de libertar e flexibilizar o funcionamento dos mercados e, assim, melhorar a actividade e o desempenho económico”.*

Para Mosley et al., (1999:1469), as reformas estruturais são orientações económicas e políticas de governos, sugeridas pelos economistas aos países com desequilíbrios na balança de pagamentos. Elas tiveram na sua génese dois momentos fundamentais: os anos de 1970, como paradigma do neoliberalismo nascente, e os anos de 1980, em que o programa de acção do FMI se consolidou.

Pereira (2001:17) tem apontado que, numa perspectiva histórica, é a partir dos anos de 1970 que se começaram a implementar as reformas estruturais numa óptica neoliberal entre os países europeus. Posteriormente, a partir de 1980, os programas do FMI foram seguidos pelos países latino-americanos. Este fenómeno, segundo Leftwich (1993:607), resulta do segundo choque petrolífero de 1979 que teve o seu reflexo na crise da dívida externa desses países. Porém, o que se constata é que estas reformas consistiam nos programas de estabilização macroeconómica, uma vez que a acção do FMI tem a ver apenas com a resolução dos desequilíbrios conjunturais. Na realidade, esses programas envolvem o défice público, inflação e défice de pagamentos externos.

Para Carbo et al. (1994:2-3), as reformas estruturais, pela sua natureza, visam a mudança estrutural das economias através da *“liberalização dos mercados, reformas do Estado no processo de desenvolvimento, ajustamento dos preços, privatizações, reformas políticas e institucionais”* que permitem o sucesso das reformas económicas.

Contudo, tratando-se de políticas económicas e de transformação da natureza, estrutura e funcionamento das economias, torna-se relevante colocar o Estado como principal agente de análise das reformas estruturais. É nesta perspectiva, que Estêvão

(2004:4) defende que no centro da teoria económica neoclássica ressurgiu a ideia da participação do Estado no processo de desenvolvimento económico, mas incluindo uma crítica ao excesso de activismo do Estado no crescimento económico.

Ainda segundo Estêvão (199:2-3), entre os anos de 1970 e 1980, iniciou-se uma forte reacção à ideia de que o activismo estatal está directamente associado ao desenvolvimento económico. Por um lado, esta ideia remonta, segundo o autor pelo menos, ao pensamento ortodoxo que apoia a importância do papel do Estado no crescimento económico. Por outro lado, esta análise esteve centrada no sucesso das economias asiáticas, que seguiram um conjunto de políticas distinto, com destaque para as políticas orientadas para a exportação. Contrariamente, a América Latina que teria reafirmado uma estratégia invertida para interior das economias, trabalhou em prol da substituição de importações.

Tomando por referência a discussão em torno do sucesso das economias asiáticas, os economistas defensores do ajustamento estrutural construíram a interpretação, tal como já foi aludido, de que o activismo estatal é essencial para o desenvolvimento económico e, uma crítica à intervenção do Estado na economia que pode ser ineficaz no processo de desenvolvimento económico. Esta crítica à ineficiência da acção do Estado por reduzir, segundo Estêvão (Op.cit:4), o papel desempenhado pelo Estado nas últimas décadas. Nesta perspectiva, o sucesso das economias asiáticas passou a servir de modelo mais adequado para garantir o crescimento económico.

Na perspectiva de Torre (1996: 57 et seq), a partir de 1980, a grande maioria de países da América Latina adoptou a política de substituição de importações quando estariam diante de uma intervenção activa do Estado. É claro que os efeitos desta intervenção foram as reformas que se tinham instaurado para a liberalização dos mercados, privatizações, etc. Porém, a dificuldade de acesso a capitais externos para

pagamento da dívida daqueles países, causou desequilíbrios fiscais e, desde logo, tornou-se claro que seriam necessárias a implementação de políticas de estabilização e reformas estruturais.

De referir que, quer nos países da América Latina, quer da África Subsariana, este período foi marcado por transformações políticas e económicas produzidas por regimes autoritários e as reformas estruturais que se impuseram sobre o crescimento económico. Com efeito, segundo Naím (2000:87), estas reformas centraram-se num conjunto de recomendações<sup>1</sup> políticas dirigidas aos países latino-americanos pelo FMI e pelo Banco Mundial (BM), que permitiu a estabilização macroeconómica e a melhoria dos problemas estruturais, posteriormente, enunciados em Novembro de 1989 no Consenso de *Washington*, quando se debatiam questões sobre a crise financeira e a avaliação das economias dos países latino-americanos.

Dani Rodrik (1996:2), ao direccionar a sua perspectiva de análise sobretudo para a crise dos países latino-americanos, concluiu que as reformas estruturais nestes países tinham sido implementadas num contexto de instabilidade macroeconómica, e que foram seguidos imperativos políticos para melhorar o desempenho económico em vários países e diferentes regimes políticos. Segundo o autor, as condições económicas deterioraram-se significativamente naquela região, pelo que não puderam contabilizar os resultados das reformas.

Ainda segundo Rodrik (1999), durante os anos da década de 80 a maior parte dos países latino-americanos tinham falhado os programas de reformas antes da crise da dívida, devido à excessiva intervenção dos seus governos e a um conjunto de restrições

---

<sup>1</sup>A grande maioria aderiu ao Consenso de *Washington* e seguiu o seu programa que consistiu: na disciplina fiscal; redução das despesas pública, direccionando as despesas para os sectores da educação, saúde e infra-estruturas de desenvolvimento; reforma fiscal; liberalização financeira; taxas de juros competitivas de modo a sustentar o crescimento económico orientado pelas exportações; liberalização do comércio; promoção do Investimento Estrangeiro; privatização das empresas públicas; desregulação da economia e a protecção dos direitos de propriedade. (cf. Naím, 2000).

comerciais impostas aos mercados, que não permitiu respostas às actividades económicas. Por esta razão, o défice na balança de pagamentos provocado pelos choques externos e internos foi a causa imediata da crise.

Contudo, durante este período a questão central no pensamento neoliberal era a ideia do Estado mínimo e deslocar a atenção da reforma do Estado, pois a atitude predadora do Estado teve o seu reflexo na crise do endividamento externo dos países da América Latina.

Daí que, Rodrik (2002), ao analisar os programas das reformas na América Latina a partir da agenda do Consenso de *Washington*, tenha partido da seguinte afirmação:

*“O Consenso de Washington mostrou-se incapaz de cumprir as suas promessas e, por esta razão, voltou-se para a segunda geração de reformas a governação e o revigoração da capacidade do Estado”*  
(Rodrik, *idem*:46).

Rodrik (1996:18), ao situar a análise do Estado no Consenso de *Washington*, partiu ainda do pressuposto de que, inicialmente, o Consenso havia oferecido um panorama político sobre a crise dos países latino-americanos, como de resto, uma intervenção através de um conjunto de medidas consideradas necessárias para a primeira vaga de reformas realizadas, visando a estabilidade macroeconómica.

Entretanto, na América Latina, as reformas fracassaram devido ao facto dos programas se mostrarem incapazes de resistir às crises e à força da economia de mercado. Deste modo, os anti-reformistas apontaram o FMI como responsável do modelo económico que dá ênfase aos mercados livres e ao capitalismo controlado, que teve como resultado as crises económicas das últimas décadas.

A África Subsariana, marcada por sucessivos e prolongados conflitos políticos e civis e por regimes autoritários, assistiu-se, com o fim da guerra-fria, algumas transições com tendências para a democracia. Além disso, a África Subsariana pós-

independente parece ter sido “governada” com uma agenda económica “desenvolvimentista”, porém, muito para além das suas capacidades económicas, financeiras e infra-estruturais. Tal como aponta Cleary (1989:41), as reformas estruturais em África reduziram reactivamente a intervenção directa do Estado sem os sectores produtivos e distributivos da economia.

Neste âmbito, face ao fraco desempenho económico provocado pelos dois choques petrolíferos de 1973 e 1979 e, na sequência dos baixos preços das matérias-primas, assistiu-se, segundo Estêvão (1999), ao excessivo de activismo dos governos africanos no funcionamento das suas economias, o que conduziu ao crescimento da burocracia e à monopolização da economia, deixando clara a necessidade das reformas. Este activismo do Estado esteve associado à corrupção, à falta de transparência e de boa governação, como resultado de um fraco poder institucional dominado por uma gestão ligada à apropriação de recursos pelas elites que partilham desproporcionalmente a riqueza nesses países.

Assim, o fraco desempenho económico da África Subsariana levou o FMI e o BM a deslocar as políticas das reformas estruturais para as reformas da governação do Estado (cf. Borges, 2003:126; cf. Leftwich, 1994:370; cf. Santiso, 2001:5). Aliás, os estudos do BM apontam a boa governação como uma das características mais importantes para o processo de desenvolvimento económico bem-sucedido que se pretende em África.

Entretanto, o relatório publicado pelo BM em 1989, intitulado “*Sub-Saharan Africa: from Crisis to Sustainable Growth*”, que visava avaliar as reformas económicas e o desenvolvimento em África, introduziu os conceitos de boa governação na sua agenda política, como cita Leftwich (1993), para explicar o fracasso das reformas nos países africanos nos anos 80. Em essência, o fracasso refere-se ao conjunto de políticas incorrectas implementadas pelos governos africanos no período

que antecedeu às reformas, assim como a sua natureza predadora, que conduziu ao *neopatrimonialismo* dos Estados Africanos.

O relatório do BM define a boa governação como o exercício do poder político na gestão dos recursos económicos (cf. Leftwich, 1993; cf. World Bank, 1992) e conclui ainda, que o problema do desenvolvimento em África é a crise da governação.

Rodrik (1996:19) concluiu que a intervenção do Estado nos programas de reformas, quer nos países da América Latina quer da África Subsariana, criou um ambiente menos favorável para o desenvolvimento económico. Por exemplo, segundo o autor, os países da Ásia Oriental, foram mais interventivos nas reformas económicas e, no entanto, conseguiram construir um processo de transformação desenvolvimentista decorrente de uma gestão económica que garantiu bons resultados no processo de desenvolvimento económico.

Anne Krueger (1990) concluiu que os resultados do activismo do Estado na Ásia Oriental estiveram associados à forte liderança política dos governos que foram capazes de realizar os desejos dos grupos de interesses das mesmas. Segundo o autor, a intervenção do Estado é necessária na correcção das situações em que o mercado fracassa na produção de resultados eficientes. Krueger, considera ainda que o Estado de ser entendido como um grupo de indivíduos que articulam as políticas que influenciam aos grupos de interesses (In: Estêvão, 1999:7).

Assim, ao retomarmos a análise das reformas nos países latino-americanos<sup>2</sup> e na África Subsariana, a questão que se coloca no estudo das reformas é saber se elas contribuíram para o desenvolvimento económico nestes países. Responder a esta questão remeter-nos-ia para a análise das reformas económicas e dos regimes

---

<sup>2</sup> Como por exemplo, a experiência dos programas de ajustamento estrutural na América Latina contribuíram na correcção dos desequilíbrios internos e externos. Porém, “a maior parte de países da região apresentavam problemas ainda maiores no período do processo da ISI, o que provocou uma crescente pobreza de cerca de 41% em 1980 e 46% em 1990” (Filho, 1993:102-103).

políticos que dominaram as duas sub-regiões, o que não constitui objecto do presente trabalho.

Porém, estudos realizados sobre as reformas em tempo de crise pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2012) sustentam por exemplo, que a crise económica e financeira internacional de 2008-2009 suscitou novos desafios políticos que evidenciaram a necessidade das reformas estruturais. Mais do que isso, as últimas décadas foram marcadas por várias crises económicas que surgiram como condutoras para as reformas, particularmente nos países da OCDE.

Estes estudos concluem ainda, que as reformas estruturais contribuem na promoção da estabilidade macroeconómica e no crescimento das economias dos países endividados.

## 1.2.O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E OS MECANISMOS DE INTERVENÇÃO NOS PROGRAMAS DE REFORMAS ESTRUTURAIS

O FMI foi criado na Conferência de *Bretton Woods* em *New Hampshire*, em Julho de 1944 nos EUA, com a finalidade de criar recursos financeiros para ajudar à recuperação das economias devastadas pela Segunda Guerra Mundial. Definido nos seus estatutos, o FMI segue dois grandes objectivos: favorecer as trocas internacionais sobre a base monetária multilateral e ajudar os países membros a equilibrar a sua balança de pagamentos.

Neste sentido, diferentes programas foram criados, entre os quais se encontra o *Stand-by Agreement* (Acordo de *Stand-by*), a política mais usual de empréstimos do FMI criado em 1952, que tem como finalidade ajudar os países com problemas na balança de pagamentos a curto prazo, impondo-lhes a execução de certos critérios macroeconómicos que garantem o retorno do capital emprestado (cf. Cypher et al.2009). Normalmente, este programa envolve uma assistência financeira de 12 a 18 meses, cujos prazos de reembolso variam entre três a quatro anos.

Em meados de 1980, o FMI estabeleceu mecanismos de intervenção para a resolução da crise da dívida dos países em desenvolvimento, acompanhados de reformas estruturais. Estes mecanismos consubstanciam-se em diferentes programas<sup>3</sup>, tendo como principal objectivo sugerir políticas e medidas restritivas vocacionadas para combater os desequilíbrios da balança de pagamentos dos países membros.

O Acordo *Stand-by* é normalmente, sugerido a países que se apresentam com poucas possibilidades de captar financiamentos nos mercados financeiros externos (cf. Oppenheimer et al., 1999). Normalmente, os empréstimos concedidos pelo FMI são

---

<sup>3</sup>Cf. Quadro nº9 em anexo

captados mediante a solicitação de um país membro, e o Fundo concede no quadro de um acordo que leva a sugerir políticas e medidas específicas que o país acorda em executar para solucionar, visando reduzir os défices externos e internos.

Tal como aponta o FMI (2011:3), a maior parte da assistência concedida pelo Fundo aos países membros é fornecida por meio do *Stand-by Agreement*. Geralmente, o programa do *Stand-by Agreement* tem duração de 12 a 24 meses, destinado a auxiliar países com problemas estruturais por intermédio de reformas, de privatizações, da desvalorização da moeda, do limite ao crédito.

Mas, com o passar do tempo, as dificuldades apresentadas pelo *Stand-by* como em cobrir os défices dos países de baixa renda, permitiram o FMI a transformar o *Stand-by Agreement* num mecanismo de empréstimo mais flexível, de modo a adequar a capacidade desses países reembolsarem os recursos do FMI a curto ou a médio-prazo (cf. FMI, 2012). E nestas condições, o Fundo recorre a outros programas de assistência financeira ao nível da avaliação e intervenção nas políticas económicas e financeiras dos países de baixa renda (cf. Cypher et al., Op.cit).

Hoje mais do que nunca, na esfera global, o volume de assistência financeira concedida pelo FMI vem aumentando na sequência da crise económica e financeira de 2008. Porém, teve altos e baixos e foi por vezes objecto de ásperas críticas. Em consequência disto, as debilidades de certas economias contribuíram para o declínio da confiança no FMI.

## **2. ANGOLA E A RELAÇÃO COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

As relações entre Angola e o FMI foram difíceis e provocaram atrasos na mudança estrutural e económica, por um lado, devido às políticas ortodoxas neoliberais defendidas pelo FMI que exigem um papel menos interventivo do Estado na economia. Por outro lado, devido à divulgação de relatórios sobre a falta de transparência em termos dos fluxos financeiros provenientes do sector petrolífero, tendo produzido complexas relações que se prolongaram até à última década.

Entretanto, ainda que o Governo angolano tivesse interesse na mudança estrutural, porém, observam-se fracassos na política económica que consistem na retórica de uma economia demasiadamente centralizada, que dificultou a implementação das reformas económicas. Pois, a mudança estrutural levanta dois problemas. Primeiro, a abertura para uma economia de mercado, segundo, produziria condições para a recuperação da estabilização macroeconómica que era necessária.

Além disso, de recordar que crise da dívida dos anos de 1980 que tinha afectado a grande maioria das economias em desenvolvimento provocou desequilíbrios macroeconómicos. Essas economias viram-se, subitamente, a aderir aos programas de estabilização e ajustamento estrutural (PEAE) lançados pelo FMI e o BM. Curiosamente, Angola não se submeteu aos PEAE devido às transformações da conjuntura internacional e à instabilidade política em que o país estava mergulhado.

Contudo, várias foram as tentativas fracassadas de reformas, uma economia planificada com dados fiscais insuficientes e poucos pormenorizados e não se procedeu a mudança estrutural, o que conduziu a uma “crise” nas relações que estavam a ser estabelecidas entre o Governo Angolano e o FMI para um Acordo monitorado. Por outro lado, a crise se propagou à medida que eram recorrentes as acusações sobre a

corrupção, a falta da transparência e boa governação. A este propósito Ferreira (2005:83), também reconhece:

*“A história das relações entre o Governo Angolano e o FMI tem sido, desde então, um “remake” sucessivo de acusações e contra-acusações sem quaisquer resultados práticos em termos da assinatura de um programa de estabilização e ajustamento”*  
(...).

Como resultado, o governo adiou o programa de reformas económicas, e com respeito à adesão, que vinha sendo procurada desde o final de 1987. Todavia, Angola aderiu ao FMI a 19 de Setembro de 1989, a sua adesão é justificada pela obtenção de facilidades de ver o reescalonamento ao serviço da dívida externa pela comunidade internacional e não propriamente, com o interesse de proceder às reformas estruturais que eram necessárias ao desenvolvimento económico do país.

Por outro lado, as contribuições das quotas<sup>4</sup> do país no FMI era significantes e foram determinantes para as primeiras negociações, que levaria ao estabelecimento de um acordo com o FMI que, seria negociado visando estimular o equilíbrio macroeconómico e a transparência.

Contudo, segundo os relatórios de instituições, como a Mo Ibrahim Foundation (2012) apresentaram o Governo Angolano com baixas capacidades de respostas, as piores *performances* de governação, uma vez que, Angola apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), maior propensão à corrupção em todos os níveis da sociedade, menor responsabilidade na gestão das finanças públicas e menor grau de transparência económica e financeira, o que sugeria que Angola parecia um Estado menos eficiente e mais burocrático.

---

<sup>4</sup>Segundo o FMI (2011) o país tinha uma participação activa no Fundo, com uma quota avaliada em 286,3 milhões de DES, cerca de 442,9 milhões de dólares.

É precisamente neste sentido que a boa governação, transparência e a prestação de contas, se inserem das prioridades identificadas e uma condição “*sine qua non*” para se aprovar um programa de assistência financeira ao Governo angolano. Por outro lado, podem ser vistos como asseguramento das questões de natureza estratégica, de soberania, o que implicou o não cumprimento das reformas estruturais levando, por sua vez, que nenhum programa de assistência fosse antes aprovado a seu favor.

A partir desta análise, coloca-se a seguinte questão:

Considerando que o Governo Angolano não obedece aos critérios de boa governação, transparência na gestão das finanças públicas, particularmente das receitas provenientes do sector petrolífero.

Qual terá sido o móbil para o FMI conceder a Angola a maior “*tranche*” na história de financiamentos a países africanos?

A esse respeito, historicamente, Tony Hodges afirma que a partir de 2000, o Governo procedeu ao início de reformas e outras acções com vista a melhorar as suas *performances* de governação, tais como:

*“A transparência das finanças públicas através de um diagnóstico à indústria petrolífera, e uma auditoria externa ao banco central (...), persuadindo o FMI a assinar em 3 de Abril de 2000 um Acordo com o Governo de Angola, sobre as medidas e as metas a serem alcançadas num primeiro programa monitorado pelo FMI” (Hodges, 2002:164).*

Apesar destas reformas o país continua com as piores *performances* de governação nos *rankings* internacionais, o que levou a comunidade internacional de doadores a suspender parcialmente a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) a Angola, na expectativa de persuadir o Governo a divulgar o seu programa de reformas e a

respectiva política económica. Para o efeito, foi necessário proceder à retroactividade das disposições fixadas no Memorando<sup>5</sup> de Políticas Económicas e Financeiras assinado em Abril de 2000 entre as autoridades de Luanda e o FMI, cujo objectivo fundamental consistia na recuperação dos desequilíbrios macroeconómicos.

Todavia, o memorando não previa a utilização dos recursos do Fundo nem a submissão para aprovação de um possível financiamento. Compreende-se assim, as divergências políticas entre Angola e o FMI. É precisamente neste contexto, que se devem entender as expectativas do Governo Angolano encontrar financiamento externo para a reconstrução do país. Para o efeito, era necessário com apoio do FMI a desejar que houvesse um programa monitorado antes do financiamento da comunidade internacional (cf. Jensen et al.,2011). Neste caso, um acordo com o FMI visava obter um conjunto de facilidades financeiras e vantagens de outros credores internacionais.

De realçar que, com a estabilidade política alcançada em Abril de 2002, o Governo levou a cabo uma iniciativa diplomática junto da comunidade internacional de doadores para a obtenção de apoio numa altura em que o país precisava relançar a economia pós-guerra, não tendo no entanto os países doadores aderido. Foi com base nesta perspectiva, que o Governo convocou em Setembro de 2003 a Conferência Internacional de Doadores, que permitiria aliviar a dívida externa com o Clube de Paris. Todavia, nessa altura a comunidade internacional evocou objecções ao financiamento, alegando que já não era oportuna essa Conferência, porque Angola tem recursos minerais, devia pensar-se antes em se realizar uma Conferência de Investidores.

Consequentemente, nenhuma delas se realizou devido às incertezas políticas e a algum cepticismo, o que levou a comunidade internacional e a possíveis investidores

---

<sup>5</sup>O Memorando consistia na transformação estrutural da economia, na liberalização do mercado para determinação dos preços, na privatização das empresas do Estado; estabilização da taxa de câmbio; supressão da política de subvenção; contenção das despesas públicas, assim como reformar o Banco.

pensarem que o país iria retomar o conflito armado. Um exemplo disso, foi a forma como se encarou a fracassada Conferência de Doadores cujo núcleo duro em Angola era constituído pelos Estados Unidos da América, União Europeia, BM e o FMI, os quais fizeram três exigências ao Governo Angolano para que ela pudesse ter lugar, tais como:

1. Transparência nas contas do petróleo;
2. Acordo com o FMI para a implementação de um programa por ele monitorado e;
3. Aprovação de uma Estratégia Contra a Pobreza (ECP).

No entanto, o Governo deu alguns passos mas, nenhuma das três condições acima mencionadas foi totalmente satisfeita, pois mesmo a ECP não foi um programa verdadeiramente assumido. Entretanto, o Governo conseguiu empréstimos provenientes da China, com os quais iniciou um ambicioso programa de reabilitação de infra-estruturas, e posteriormente, manifestou o seu interesse numa Conferência de Investidores o que permitiu a ampliação de tal programa.

Perante tal dificuldade, o Governo Angolano no âmbito da cooperação externa recorreu ao financiamento chinês, tendo assinado em Agosto de 2003 vários instrumentos jurídicos de cooperação, com destaque para o Acordo de Crédito ao Financiamento com o *Eximbank* da China relativo a uma “*tranche*” inicial de 2 mil milhões de dólares, destinados ao financiamento para a reconstrução das infra-estruturas do país (cf. African Development Bank, 2011), com rigorosas taxas de juros ao Governo angolano.

É neste âmbito, que Angola tem sido forçada a depender de dispendiosos empréstimos de parceiros bilaterais, pagos com o petróleo, para ajudar a financiar a sua reconstrução levando portanto a pesados compromissos com o serviço da dívida.

Com o surgimento da China no panorama económico angolano que estabelece

uma política de cooperação de não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, “provocou” um pretexto para as diferenças entre o FMI e as autoridades de Luanda. Entretanto, o que faz o Governo Angolano resistir a toda esta pressão internacional são as linhas de créditos provenientes de Pequim, e que de alguma forma, são necessárias para financiar os projectos de desenvolvimento.

Como o aprofundamento da cooperação Angola e a China regida pela política de ajuda ligada que é estruturalmente diferente da APD seguida pelo FMI e o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, Angola vem assinalando uma estabilidade macroeconómica, a qual se consolida em 2003, enquanto o PIB crescia em termos reais com médias significativas em 2004<sup>6</sup>. Porém, toda esta capacidade de crescimento e estabilidade se deve ao forte investimento do Estado e do aumento das linhas de crédito de bilhões de dólares provenientes da China.

## **2.1 . ANGOLA:OS PROBLEMAS DAS REFORMAS ESTRUTURAIS E DA RELAÇÃO COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL**

Em Angola, as experiências com os programas de reformas datam desde os anos 80 e início dos 90 do século passado, cujos resultados foram pouco animadores, em parte devido a um conjunto variado de razões, dos quais se destacam os imperativos político-militares que provocaram fragilidades, dinâmicas económicas eminentemente centrífugas e vulneráveis a choques externos, a desarticulação territorial, que adiou a adesão de Angola ao FMI e proceder às reformas estruturais e económicas.

---

<sup>6</sup>Cf. Anexo nº II.

De referir que, o modelo de gestão económica planificada adoptado pelo Governo Angolano, levou o país ao isolamento diplomático do Ocidente e, conseqüentemente, ao agravamento financeiro e as enormes dificuldades económicas, retardando assim a possibilidade da negociação, ou de Angola poder solicitar um programa de assistência financeira ao FMI.

Deste modo, uma das questões que se coloca na história das reformas económicas em Angola prende-se com a sensibilidade política com que o Governo encarava as exigências do FMI, que se regem pela boa governação e transparência, assim como a tentativa do Fundo de convencer as autoridades angolanas a implementar as reformas estruturais. Porém, o País, Governo Angolano sempre resistiu às pressões do FMI em abandonar o seu modelo económico de uma economia planificada que o país vem adoptando desde os primórdios da independência e, que incompatível com as prescrições neoliberais do FMI.

Apesar das tentativas de reformas anunciadas em 2000, o Governo Angolano tentou inverter esta situação através da negociação para assistência financeira bilateral para ultrapassar as dificuldades financeiras, incluindo o alívio da dívida. Neste âmbito, haviam sido anunciadas políticas económicas, visando à restauração das finanças públicas do país.

Porém, nem mesmo com um programa económico reformista se conseguiram implementar as reformas estruturais, devido aos desajustes provocados pela crise económica e financeira de 2008-2009 que em parte deteriorou a economia. Contudo, era cada vez mais claro a necessidade de reformas políticas e institucionais que garantissem a estabilidade macroeconómica e a reorganização da gestão das finanças públicas de Angola.

Daí que, as reformas institucionais que se seguiram às eleições gerais de Setembro de 2008 em Angola produziram transformações políticas, económicas e reformas ao processo de gestão das finanças públicas e o Governo Angolano pôde, então, proceder a aproximação com o FMI.

O processo às reformas institucionais conduziu a adopção de novo modelo de gestão das finanças públicas. Embora se tenham verificado tendências reformistas na economia desde que foi lançado o programa de ajustamento com o FMI, em 2009, pode-se constatar que as reformas estruturais têm sido caracterizadas por uma desarticulação económica, cujo grau de implementação tenha produzido resultados pontuais, devido à falta de coerência dos programas económicos do Governo Angolano, pois eles se centram nas políticas monetária e orçamental, cujo foco será o controlo da inflação e a introdução de um sistema de leilões de divisas<sup>7</sup>”.

Contudo, o Governo Angolano pôde, então, proceder ao início das reformas estruturais através de um programa de assistência negociado com o FMI, que vai condicionar os critérios de gestão pouco transparente com que o Governo normalmente faz a gestão das finanças públicas.

Porém, ainda que os indicadores macroeconómicos desfavoráveis<sup>8</sup> tenham influenciado a obtenção dessa assistência, foi no entanto o resultado da pressão internacional levada a cabo pelo FMI e pela comunidade internacional de doadores, que há já algum tempo, levantavam questões sobre a governação e a falta de transparência nas finanças públicas de Angola. Por esta razão, os efeitos da crise em Angola foram pontuais, por estarem relacionados «indirectamente» com a fuga de

---

<sup>7</sup>A política monetária consistia na diminuição das despesas orçamentais, no aumento das receitas orçamentais, redução do “*stock*” monetário assim como, na responsabilidade do Banco Nacional de Angola controlar a gestão da política monetária e cambial.

<sup>8</sup>A redução das reservas internacionais líquidas no BNA, a alta inflação, o declínio nos sectores extractivo e um saldo negativo da balança da conta corrente

capitais e uma corrupção endémica na gestão das finanças públicas do país. Esta posição é defendida como consequência da falta de vontade política.

Ora, face à deterioração económica, devida em parte aos choques externos provocados pela dependência do petróleo, o Governo angolano assumiu o agravamento das finanças públicas. Neste contexto, introduziram-se transformações económicas para apoiar a gestão orçamental, tendo como ponto de partida, as reformas estruturais realizada no âmbito do programa de ajustamento o qual foi monitorizado pelo FMI.

De salientar que, as medidas de reformas estruturais começaram em 2009, depois que o Governo de Angola captou financiamento ao FMI e chegaram ao programa do Acordo *Stand-by*, em parte, em resposta aos problemas surgidos após a crise económica internacional associada a queda dos preços do petróleo em finais de 2008, cujas consequências para a economia angolana foram acentuadas em Agosto de 2009.

De acordo com o Programa de ajustamento apoiado FMI, as reformas tiveram dois objectivos principais: em primeiro lugar, a restauração da estabilidade macroeconómica e, em segundo lugar, iria restaurar a credibilidade de Angola em relação aos mercados financeiros.

## **2.2. ANGOLA E O ACORDO STAND-BY COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL**

Depois das várias acusações de corrupção, não prestação de contas, falta da transparência e boa governação referindo o modo como são geridas as finanças públicas de Angola e ao desaparecimento das receitas provenientes do petróleo, cuja utilização nunca até ao momento foi justificada levou o Governo Angolano em 2008 a romper unilateralmente relações com o FMI.

Colocado à margem, o FMI, pôde reconsiderar então a necessidade de construir um ambiente de diálogo com o Governo, visando a influência política, e propõe então uma Conferência de Parceiros, expressando o reconhecimento do seu anterior equívoco.

Embora se reconheça uma certa preocupação do FMI com a priorização do financiamento de projectos que se enquadravam no Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), isto não obedeceu a uma estratégia concertada entre o FMI e o Governo Angolano.

Porém, a crise económica e financeira internacional de 2008-2009 aliada ao significativo peso da economia angolana que reside na indústria petrolífera, tornou a economia angolana vulnerável aos choques externos, provocando desequilíbrios internos, redução das receitas provenientes de petróleo devido à queda dos preços internacionais do mesmo e as respectivas exportações<sup>9</sup>. Esta crise teve um impacto negativo sobre o crescimento económico e um défice no Orçamento do Estado, o que obrigou o Governo retomar as negociações com o FMI.

Contudo, os programas de reformas com o FMI e os seus mecanismos de intervenção, nomeadamente o Acordo *Stand-by* foram lançados em Angola a partir de Novembro de 2009, na sequência da crise previamente referida e, insere-se num programa mais amplo de estabilização macroeconómica que vinha sendo registado desde Abril de 2002 e que tinha como objectivo reduzir o défice da balança de pagamento<sup>10</sup>.

Aliás, antes da propagação da crise, muitas opiniões se tinham juntado ao Governo, admitindo que a crise não afectaria a economia angolana nem mesmo em menores proporções, devido à estabilidade macroeconómica e ao ambiente favorável de

---

<sup>9</sup>Cf. Anexo nº 4.

<sup>10</sup> Cf. Anexo nº9

negócios que o país apresentava (cf. Jornal de Angola, Maio, 2009:4; cf. Jornal. O País, Outubro, 2010:7), assim como o resultado da estabilidade política que representaria um factor de atracção de capitais e da IDE para Angola. Para o efeito, era necessário um *superavit* em termos de IDE suficientemente e mais vasto para compensar a queda das reservas líquidas internacionais e prover ao serviço da dívida.

Neste âmbito coloca-se a seguinte questão:

Teria o Governo Angolano um Fundo de Estabilização<sup>11</sup> para se precaver dos efeitos da crise económica e financeira internacional de 2008-2009, ao defender que a crise não afectaria a economia angolana?

Apesar do Fundo Petrolífero criado em 2006, alguns dos resultados indicavam um processo de estabilização macroeconómica, destacando-se, a evolução favorável do preço de petróleo no mercado internacional durante o primeiro semestre do ano de 2008<sup>12</sup> (cf. OPEP: Market Indicators, 2008), o crescimento contínuo e sustentado do PIB e o extraordinário aumento das reservas internacionais líquidas. Todavia, o facto é que nenhuma economia virada para o exterior se dissociou dos desequilíbrios económicos que conduziu às maiores economias à recessão.

Por outro lado, era de consenso que em 2008-2009 a queda dos preços de petróleo nos mercados internacionais provocaria a diminuição das receitas do Estado devido à forte dependência do sector petrolífero, o que levou o Governo a anunciar medidas de

---

<sup>11</sup>Fundo para os tempos difíceis- expressão usada por Tsalik et al. num estudo que se intitula, *Reportando o Petróleo: Um Guia Jornalístico sobre Energias Renováveis*. Como acabar com a maldição dos recursos (cf. Revenue Watch, 2005:16), para explicar fundos que são usados em tempo de crise “para estabilizar o orçamento de um determinado país em situações de totalidades do preço do petróleo). E no entanto, quando os preços das “*comuniditeis*” estão elevados, os ganhos estão elevados, os ganhos excedentes podem ser transferidos para um fundo de estabilização inversamente quando os preços das “*commodities*” estão baixos, o fundo de estabilização pode transferir activos novamente para o orçamento do governo.

<sup>12</sup>Cf. Anexo nº 4

austeridade com cortes nas despesas públicas<sup>13</sup>, visando reduzir o défice orçamental o que inicialmente não havia sido divulgado.

Por outro lado, a necessidade de financiar a economia e atenuar o impacto da crise levou o Governo a recorrer aos empréstimos do FMI, tendo em Novembro de 2009 firmado um Acordo *Stand-by* de 27 meses, através do qual o Governo Angolano beneficiou de um financiamento de USD 1,4 bilhões de dólares (cf. FMI, 2011), cuja vigência decorreu entre Novembro de 2009 e Janeiro de 2012, sob o compromisso do Governo implementar um conjunto de medidas de reformas<sup>14</sup> com destaque para a disciplina fiscal; transparência e disciplina orçamental; reformas do sistema cambial; melhoria da gestão financeira e a criação de um sistema bancário sólido.

O relatório sobre o *African Economic Outlook* de 2010, do African Development Bank, refere que “o empréstimo do FMI concedido a Angola constitui até ao momento, o maior pacote de financiamento captado por um país africano” (cf. IMF, 2009; African Development Bank, 2012), por meio de um programa de ajustamento apoiado pelo FMI, tendo garantido ao Governo condições para a divulgação dos relatórios de contas e controlo sobre as despesas governamentais quer através do Ministério das Finanças, da Sonangol e do BNA, instituições estas sujeitas a auditoria externa na publicação dos relatórios fiscais petrolíferos.

Embora o Programa Económico do Governo angolano tenha sido em Fevereiro de 2011 monitorado ao programa com o FMI, a quarta revisão do Acordo *Stand-by* pela equipe do Fundo encarregada de avaliar o grau de implementação do programa, confirmou que o Governo Angolano havia cumprido com os critérios estruturais. Segundo o FMI (2010), esta avaliação teve como benefício a disponibilização de mais uma *tranche* de 353,1 milhões de dólares, que permitiu ao FMI recomendar o seguinte:

---

<sup>13</sup>Cf. Anexo nº 5.

<sup>14</sup>Cf. Anexo nº7.

- *No quadro da política orçamental:* financiar a execução orçamental com metade das receitas petrolíferas programadas para 2011, dando prioridade à construção de infra-estruturas e outras necessidades do sector social (cf. FMI, 2011:1);
- *No âmbito da política monetária:* o BNA enquanto banco central viu alargada as suas atribuições no domínio macroeconómico, criando deste modo condições para controlar a inflação, proceder a reestruturação do sistema tributário, melhorar a gestão das finanças públicas, sobretudo o processo da transferência de receitas petrolíferas ao Tesouro Nacional, assim como a criação da Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGDP) para monitorar a gestão da dívida em colaboração com o FMI.
- Reduzir as incompatibilidades de informações relativas à proposta orçamental e das receitas fiscais de petróleo publicadas quer pelo Ministério das Finanças, da Sonangol e pelo Banco Nacional de Angola (cf. FMI, *Ibidem*: 2011);
- Garantir o cumprimento das regras respeitantes à atribuição das despesas pelas unidades orçamentadas.

Porém, a transparência como um dos aspectos fundamentais focado no programa e nos relatórios do FMI, permitiu a intervenção na política económica do Governo Angolano, que há muito tempo não fazia a publicação e prestação de contas das receitas provenientes do petróleo.

Parece portanto existir menor responsabilidade no processo orçamental e na gestão pública de Angola que se reflecte na falta de controlo das unidades orçamentadas (cf. Jensen et al. *Op. cit*:44), adjacente a esta situação, estariam um conjunto de despesas feitas pela Companhia estatal - Sonangol em nome do Governo Angolano,

algumas vezes sem justificação e, no entanto, apareciam no exercício das despesas públicas.

### **3.AS MEDIDAS DE REFORMAS ESTRUTURAIS NO ÂMBITO DO ACORDO STAND-BY**

Como é sabido, a queda do preço do petróleo em finais de 2008 provocou a redução nas receitas do país e desequilíbrios macroeconómicos<sup>15</sup>. Como estes desequilíbrios eram estruturais a economia angolana vê nela concluída um programa de ajustamento a que esteve submetida, com o objectivo de controlar o défice orçamental, reduzir a inflação e adoptar um modelo de gestão financeira controlada que permitiu alcançar a estabilidade macroeconómica e repor as reservas internacionais líquidas durante a vigência do Acordo *Stand-by* entre 2009 a 2012.

Neste contexto, dir-se-á que a agenda de reformas do Governo angolano se centrou nas políticas: financeiras, fiscal, monetária e de ajustamento macroeconómico previstas nos termos do Memorando de Política Económica estabelecido com o FMI em 2009 (cf. FMI, 2010). Consequentemente em 2010 foram anunciadas medidas de austeridade e as reformas estruturais visando a estabilização macroeconómica. Além disso, a questão colocada quanto ao programa do FMI é de que este não permitiu a criação de políticas aptas à substituição das importações por exportações, de modo a diversificar a economia.

Ainda que se registam crescimento económico, o investimento público não criou também condições para dinamizar os sectores primários da economia, nomeadamente o da indústria transformadora.

---

<sup>15</sup>Regressão do PIB de 16,3% em 2008 para 2,45% em 2009, uma quebra sobre as receitas fiscais de 41,2% em 2008 para 19,5% em 2009 e a redução das reservas internacionais líquidas (cf. Anexos nº 3 e 4).

### 3.1 GESTÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS

Em 2009 as despesas públicas foram superiores em relação ao Orçamento programado para 2008-2009, o que levou a contracção da procura agregada da economia e à consequente dificuldade na obtenção de financiamento interno, assim como algumas fraquezas na gestão das finanças públicas resultaram na acumulação de atrasos internos. Este processo levou o país à procura de renda para reforçar a gestão orçamental.

Tal situação resulta da falta de disciplina orçamental (cf. Human Rights Watch, 2012), e provavelmente, devido às elevadas despesas realizadas pelo Governo e a outras rubricas não especificadas no OGE, ainda com a agravante do problema de controlo e fiscalização na gestão pública, daí a necessidade de medidas de austeridades e de reformas estruturais.

Tais medidas reflectiram-se também nas despesas públicas, no contexto de que foi deslocado parte do orçamento para o sector da defesa, segurança e ordem pública<sup>16</sup>, ao invés do sector social que apresenta situações frágeis em termos de desenvolvimento humano e tendendo a agravar os efeitos corruptos, com tendência a aumentar mais os índices de pobreza que se traduzem no subdesenvolvimento do país.

Neste sentido, o défice fiscal pode ser explicado devido à falta de rigor em termos de disciplina orçamental que assenta em grande medida num débil processo de gestão das finanças públicas. Portanto, o desempenho económico que o país regista desde 2010 é resultado do aumento das receitas do petróleo e do volume das exportações da produção petrolífera<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup>Cf. Anexo nº 5.

<sup>17</sup>Cf. Anexo nº 4.

### 3.2 TRANSPARÊNCIA FISCAL

Em Fevereiro de 2009 o Governo anunciou o auge da crise, altura em que se deparou com problema de liquidez no Tesouro Nacional, o que condicionou o cumprimento das suas obrigações financeiras. Isto demonstrou a falta da transparência fiscal, este empasse como aponta Jensen et al (2011), é amplamente provocado pela Sonangol, a qual dificulta o processo de transferência das receitas fiscais para o Tesouro e cujos relatórios de prestação de contas são complexos e de difícil acesso.

É com base nesta abordagem, que se torna difícil falar em Angola de transparência fiscal, o que nos leva a concluir que o processo orçamental e a gestão das finanças públicas ainda são ineficientes.

Por outro lado, torna-se igualmente difícil perceber esta “panaceia” da má gestão das receitas petrolíferas. Como por exemplo, os indicadores de vendas de petróleo serem de difícil acesso, cujos relatórios são mais numéricos e pouco reflectem a realidade sócio-económica do país.

A título de exemplo, os relatórios das contas gerais do Estado não são transparentes. Além disso, carecem de um controlo, fiscalização de algum organismo estatal, o que torna ainda difícil saber efectivamente, se eles representam na realidade as receitas provenientes do sector petrolífero. Por esta razão, refere-se a existência de uma contabilidade duvidosa e muito complexa associada ao clientelismo político, à corrupção que favorece a “*entourage*” ligada aos grupos económicos que controlam as exportações, assinaturas de licenças e contratos de partilha de produção com as multinacionais petrolíferas que operam em Angola.

Por outro lado, esta perspectiva remete-nos à análise da não transparência nos pagamentos das despesas públicas, como aponta Jensen et al. (Op.cit:41). O Governo efectuou algumas vezes pagamentos das “*despesas públicas por intermédio do BNA*

*com autorização do Ministério das Finanças, ao invés do Banco de Poupança e Crédito - “BPC”<sup>18</sup>. Tal situação reflecte a complexidade da gestão pública angolana.*

Importa ainda realçar que, a Sonangol, desde a sua constituição em 1976, nunca antes tinha sido submetida a auditoria e controlo dos seus relatórios de contas. É evidente que o contexto político do país não permitiu antes proceder ao exercício contabilístico, provavelmente devido às implicações do conflito armado e haver incapacidades das instituições do Estado.

O programa com o FMI ajudou ao Governo a formular o novo modelo de gestão das finanças públicas. Considerando que o antigo modelo que era de uma gestão diferenciada e de guerra condicionou o seu desenvolvimento e os seus resultados económicos, como por exemplo, a Sonangol, que nunca antes havia publicado os relatórios referentes às vendas de petróleo, o que levou a companhia estatal a ser detentora de uma contabilidade duvidosa.

Em conclusão, a Sonangol actua estabelecendo alianças com várias empresas através da ramificação nos negócios na banca, imobiliário, prestação de serviços etc. e, de acordo o FMI (2009:11) é a instituição do Estado *“responsável por uma série de actividades parafiscais que não totalmente incluídas no Orçamento do Governo nem estão discriminadas nas demonstrações financeiras”* da própria Empresa que lida com os “destinos” económicos e financeiros do país. Portanto, ao certo não se sabe, efectivamente, qual dos órgãos do Estado é que a controla e a fiscaliza. Porém, toda esta *“panóplia”* dificulta a percepção da transparência fiscal de Angola.

---

<sup>18</sup>Banco comercial que gere os pagamentos do tesouro.

### 3.3 ESTABILIDADE DO SECTOR FINANCEIRO

A estabilidade do sistema financeiro, um dos problemas que mais tinha afligido nos anos 2000, voltou a atingir níveis preocupantes em 2008. Daí que, em meados de 2009, a primeira medida efectuada foi tornar o sistema financeiro mais eficiente com destaque, para a redução dos programas de concessão de créditos. Aliás, a maior parte das instituições bancárias em Angola limitam-se ao financiamento de créditos comerciais de curto prazo. Além disso, estas instituições impõem rigorosas taxas de juros aos agentes económicos, incompatíveis com a realidade socioeconómica do país, assim como às expectativas dos agentes em relação aos seus rendimentos.

Geralmente, a concessão de créditos é privilegiada ao sector imobiliário multiplicando-se cada vez mais os projectos habitacionais privados que originam preços especulativos. A partir deste quadro, o Estado não consegue intervir neste sector, o que reflecte o fraco nível de investimento privado nos outros sectores, particularmente, no sector da agricultura e da indústria. Isto acontece porque os créditos operam por meio de práticas clientelares, o que resulta da excessiva liquidez dos bancos e, é pouco provável, que a curto e médio prazo se mude de política.

Mais do que qualquer outro factor, esta situação tem permitido o reforço das práticas clientelares para construção de uma política de crédito que favorece um número reduzidos de agentes económicos, com tendência ao “*neopatrimonialismo bancário*” que permite receber determinados agentes económicos, aproveitando-se das elevadas poupanças e da excessiva liquidez dos bancos para manter o sistema financeiro estável.

A análise deste argumento poderia ser encontrada na interpretação de Anne Krueger (1990:13), segundo a qual, “*é aceitável que as elevadas taxas de poupança*

*devem resultar em mais rápidas taxas de crescimento económico*”, ao invés do desenvolvimento do país.

### **3.4 REFORMA TRIBUTÁRIA**

Um dos aspectos relevantes do programa com o FMI é a reforma tributária<sup>19</sup> que tinha entre os seus objectivos, melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e ampliar a base tributária através de um quadro jurídico tributário eficiente.

A legislação tributária em Angola sempre esteve desajustada à realidade sócio-económica do país pelo facto de não existir uma economia real e diversificada. Neste contexto, o programa da reforma tributária surge à medida que o sector não petrolífero se tornou numa importante fonte de arrecadação de receitas do Estado<sup>20</sup> e num instrumento indispensável da política macroeconómica.

De acordo com o Programa do Governo para o quinquénio 2013-2017, esta medida visa, por um lado, alargar e diversificar as fontes de receitas para o OGE e por outro lado, atribuir aos impostos um papel preponderante e dinamizador na economia.

### **3.5. MEDIDAS E TRANSPARÊNCIA DO BANCO NACIONAL**

Com objectivo de avaliar o grau de implementação do programa, respectivamente no que concerne à auditoria e demonstrações financeiras, dos anos de 2009, 2010 e 2011 o BNA entra nos indicadores de referência do programa com o FMI.

---

<sup>19</sup>O Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), aprovado através do *Decreto Presidencial n.º 155/10 de 28 de Julho*, com o objectivo de racionalizar e simplificar as relações jurídico - tributárias.

<sup>20</sup>Cf. Anexo n.º 8.

Conforme anteriormente se referiu, um dos princípios do FMI é o da transparência, influenciando assim o BNA a publicar os seus relatórios de contas e de execução orçamental, envolvendo as actividades parafiscais através da auditoria internacional de consultoria. Além disso, esta medida permitiu a adopção de instrumentos legais, sobretudo, em reduzir o crescimento da massa monetária em circulação e uma política monetária mais restritiva<sup>21</sup> que teve um papel dominante na salvaguarda da estabilidade financeira.

---

<sup>21</sup> Aprovação da *Lei N° 34/11 de 12 de Dezembro sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais; A Lei sobre o Regime Cambial do Sector Petrolífero*, que obriga as empresas petrolíferas a proceder às suas operações em Kwanza, moeda nacional através dos bancos angolanos. Contudo, o que tem contribuído para a eficácia do sistema financeiro.

#### 4. AS IMPLICAÇÕES DO ACORDO STAND-BY

O Governo Angolano efectuou reformas que envolveram a consolidação das instituições implicadas no programa com o FMI, porém não ajudou à criação de mecanismos que visam reduzir a dependência da economia do sector petrolífero.

A partir de 2009, a primeira reforma efectuada pelo Governo foi a da consolidação das instituições envolvidas no programa e, no entanto, as reformas económicas são descritas como sensíveis à política económica do Governo, de entre estas sensibilidades destacam-se as seguintes:

**Despesas Pública:** a gestão das despesas pública é decorrente de algumas fraquezas na gestão das finanças públicas e elevadas despesas para-fiscais, o que levou o país à procura de liquidez para financiar os programas de investimento público. Este facto deveu-se à falta de auditoria, controlo e fiscalização à Sonangol.

Deste modo, o problema da auditoria e controlo criou autonomia nas negociações de assinaturas de contratos, vendas, exploração e até mesmo em financiamentos de investimentos no estrangeiro em nome do Estado, representando interesses privados dos grupos “oligopolistas” sem grandes reflexos no desenvolvimento económico do país.

A falta de liquidez surge à medida que o país se tornou dependente do sector petrolífero, como a sua principal fonte de rendimento em que os grupos oligopolistas envolvidos no aparelho do Estado, procuram corromper o Governo para satisfazer os seus interesses através de serviços de terceiros.

Em 2009, o Governo intensificou um plano de reforma da Sonangol ao transferir as operações fiscais para o Tesouro Nacional do Ministério das Finanças e do BNA, e as funções reguladoras para o Ministério dos Petróleos. Na verdade, esta reforma ocorreu

para garantir a transparência das contas públicas, facto que não aconteceu desde a sua constituição.

Actualmente, a situação passa pelo alívio da pressão de liquidez, restauração da posição macroeconómica anterior à crise e a realizar reformas estruturais importantes apoiadas pelo FMI. Nestas, as mais importantes do ponto de vista económico, é o aumento das reservas internacionais líquidas<sup>22</sup> como indicador de referência que atrai cada vez mais a atenção da agenda política do Governo.

**Liberalização da Economia:** a intervenção do Estado é cada vez maior na economia, o que dificulta a competitividade do sector privado. Além disso, a liberalização económica desencadeou uma nova pauta aduaneira, inclusive impostos sobre as importações e transacções financeiras, atribuindo elevadas taxas alfandegárias às importações que o Governo alega proteger a produção nacional, paradoxalmente, o país depende excessivamente das exportações.

**Privatizações:** apesar do monopólio do Estado, o Governo tende levar a cabo as privatizações de um conjunto de empresas e actividades do sector público, que alegadamente decretam falência mas, no entanto, são unidades orçamentadas e geradoras de rendimentos. Neste processo assiste-se também aos investimentos do Estado que, posteriormente é corrompido pela pressão dos grupos de interesses oligopolistas, gestores públicos que conseguem influenciar o Governo numa situação de privatização.

O actual quadro de transformações institucionais e económicas permite criar oportunidades de estabilização macroeconómica. No plano institucional, a reforma contribuiu para o aumento da credibilidade na gestão das finanças públicas, nunca antes verificado. No plano económico foram efectuadas melhorias significativas para a

---

<sup>22</sup> Cf. Anexo nº 4.

estabilização macroeconómica, verifica-se ainda a subida generalizada dos preços no mercado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não restam dúvidas de que as reformas implementadas no âmbito do programa com o FMI produziram resultados significativos na economia angolana, mas esta ainda depende essencialmente do sector petrolífero, principal sector que estimula a actividade económica do país e que representa ainda 80% das exportações, cerca de 78% do produto interno bruto (PIB).

À semelhança de muitos países, Angola realizou as reformas estruturais no contexto da pós-crise económica financeira internacional de 2008-2009, depois de resistir vários anos às pressões do FMI. Em Novembro de 2009, o país submeteu-se a um programa de ajustamento por um Acordo *Stand-by* assinado com o FMI e concluído em Março de 2012, que envolveu empréstimos de 1,4 mil milhões de dólares para financiar o défice orçamental causada indirectamente pela falta de disciplina orçamental.

Por outro lado, a crise de 2008-2009 deixou claro os reflexos da dependência de Angola do sector petrolífero, que produziu os desajustes macroeconómicos que motivaram à implementação de medidas de reformas estruturais.

Assim, torna-se particularmente difícil perceber as implicações do acordo ao nível institucional, no processo de gestão orçamental e no sistema fiscal, enquanto manifestações do domínio da política geral do Governo, porém, têm sido envidados esforços no sentido de melhorar a gestão pública. Para o efeito, foram adoptadas instrumentos de controlo dos agregados monetários a curto prazo para apoiar a paridade cambial como a Lei da Proibição Pública; a Lei de Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo; Avisos do BNA e outros mecanismos

visando a publicação das contas gerais do Estado, os relatórios orçamentais, boa governação e transparência.

Portanto, é neste contexto que é institucionalizado e se procura legitimar o Tribunal de Contas para fiscalizar a legalidade dos actos de gestão financeira das Instituições Estatais.

O Acordo *Stand-by* mais do que qualquer outro factor serviu de estratégia ao Governo angolano para liquidar os atrasos internos, ao invés de ser um acordo de financiamento ligado à estratégia de combate à pobreza e retoma do crescimento, com taxas de juros de 0,5 % anuais que podem ser pagos de 5 a 10 anos visando o crescimento económico para o desenvolvimento do país.

Se por um lado, o programa melhorou as performances macroeconómicas, por outro lado, os relatórios internacionais de avaliação indicam níveis baixos de IDH e menor responsabilidade nas receitas de petróleo, o que sugere que Angola tem assim como alguns dos Estados Africanos a mesma repercussão da maldição dos recursos naturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**African Development Bank** (2011). *Angola - African Economic Outlook*.

**African Development Bank** (2012). *Angola - African Economic Outlook*.

**African Development Bank** (2013). *Angola - African Economic Outlook*.

**Banco Nacional de Angola** (2012). *Boletim Estatístico 2003-Setembro 2012*. Departamento de Estudos Estatístico. Luanda.

**Banco Nacional de Angola** (2011). Relatórios e Contas. Dezembro, Luanda.

**Banco Nacional de Angola** (2012). Relatórios e Contas. Dezembro, Luanda.

**Corbo, Vittorio and Fischer, Stanley** (1994). Structural Adjustment, Stabilization and Policy Reform: Domestic and International Finance. Documento de Trabajo N° 170. Pontificia Universidade Católica de Chile. Instituto de Economia. [Disponível em on line] in: [http://laje-ce.org/economia\\_puc/docs/dt\\_170.pdf](http://laje-ce.org/economia_puc/docs/dt_170.pdf). Acedido em 2 de Novembro de 2012.

**Cleary, Seamus** (1989). Structural Adjustment in Africa. Trócaire Development Review, Dublin, pp.41-59.

**Cypher, M. James and Dietz, James L.** (2009). The Process of Economic Development. USA and Canada. Third edition. Rutledge.

**Estêvão, João A. Ramos** (1999). O Estado e o Desenvolvimento Económico. (elementos para uma orientação da leitura). (CEsA) - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG/UTL.

**Estêvão, João A. Ramos** (2005). O Desempenho Económico da África Subsariana (1960-2002): *Leituras e Interpretações*. Coimbra.

\_\_\_\_\_ (2004). Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: *O Papel do Estado*. ISEG -Universidade Técnica de Lisboa.

\_\_\_\_\_ (2012). *Apontamentos de Políticas Económicas e Sociais de Desenvolvimento*. In: Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. ISEG - Universidade Técnica de Lisboa.

**Ferreira, Manuel Ennes** (2005). *Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola. O Petróleo e o Poder*. [Disponível em on line] in: <http://www.adelinotorres.com/africa/M%20Ennes%20FerreiraRealeconomie%20e%20Realpolitik%20nos%20Recursos%20Naturais%20de%20Angola.pdf>. Acedido em 12 de Julho de 2013.

**Ferreira, Manuel Ennes** (2005). 'Realeconomie' y 'Realpolitik' en los recursos naturales en Angola. *Analises*. [Disponível em on line] in: [http://www.novaafrika.net/documentos/archivo\\_NA19/03NA19.Ennes59-76.pdf](http://www.novaafrika.net/documentos/archivo_NA19/03NA19.Ennes59-76.pdf). Acedido em 12 de Julho de 2013.

**FMI** (2011). Relatório N°11346 (P). Quinta Avaliação no âmbito do Acordo Stand-By: *Pedido de Dispensa da Aplicabilidade de Critérios de Desempenho e Pedido de Modificação de Critério de Desempenho*. Setembro.

**FMI** (2011). *Memorando de Políticas Económicas e Financeiras*, Luanda, Setembro.

**Filho, Joaquim Bento de Souza Ferreira** (1993). Ajustamento Estrutural e Crescimento Agrícola na década de 80: notas adicionais. *Revista de Economia*. Vol. 18 n°4 (72), Outubro - Dezembro.

**Human Rights Watch and Revenue Watch Institute.** (2012). Disponível em on-line] in:[http://www.hrw.org/sites/default/files/related\\_material/Letter%20to%20IMF%20Managing%20Director%20Lagarde\\_port\\_0.pdf](http://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/Letter%20to%20IMF%20Managing%20Director%20Lagarde_port_0.pdf). Acedido em 18 de Setembro de 2013.

**Hodges, Tony** (2004). ANGOLA: Anatomy of an Oil State. African Issues. Second Edition

**IMF (International Monetary Fund)** (2009). Country Report Angola: Request for Stand-By-Arrangement. November. Disponível em on-line] in: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2009/cr09320.pdf>. Acedido em 23 de Junho de 2013.

**IMF (International Monetary Fund).** (2006). Glossary of Selected Financial. Terms and Definitions. [Disponível em on-line] in:<http://www.imf.org/external/np/exr/glossary/showTerm.asp#136>. Acedido em 25 de Junho 2012.

**IMF(International Monetary Fund)** (2009). Angola: Letter of Intent: *Memorandum of Economic and Financial Policies and Technical Memorandum of Understanding*. [Disponível em on line] in <http://www.imf.org/external/np/loi/2009/ago/110309.pdf>. Acedido em 03 de Dezembro de 2012.

**IMF (International Monetary Fund).** (2012). Staff Report.

**Jornal de Angola.** Luanda, Maio, 2013.

**Jornal O País.** Luanda, Outubro, 2010.

**Jensen, Soren Kirk et al.,** (2010). Reformas ao Processo Orçamental e Gestão das Finanças Públicas de Angola. A crise foi um sinal de alarme? CMI-CHR. Michelsen Institute & CEIC - Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola. [Disponível em on-line] in: <http://www.cmi.no/publications/file/4260-reformas-processo-orcamental-gestao-financas.pdf>. Acedido em 10 de Abril de 2013.

**Leftwich, Adrian** (1993). Governance, Democracy and Development in the Third World. *Third World Quarterly*. Volume 14. No 3. Routledge. Pp. 605-624.

**Ministério das Finanças de Angola** (2008). *Orçamento Geral do Estado*.

**Ministério das Finanças** (2008). Boletim Anual de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado. Gabinete de Estudos e Relações Internacionais. Luanda, Dezembro, 2009.

**Ministério das Finanças de Angola** (2009). *Orçamento Geral do Estado*.

**Ministério das Finanças de Angola** (2010). *Orçamento Geral do Estado*.

**Ministério das Finanças de Angola** (2011). *Orçamento Geral do Estado*.

**Ministério das Finanças de Angola** (2012). *Orçamento Geral do Estado*.

**Mo Ibrahim Foundation**. (2012). Ibrahim Index of African Governance. Data Report. October. [Disponível em on line] in: <http://www.moibrahimfoundation.org/downloads/2012-IIAG-data-report.pdf>. Acedido em 20 de Agosto de 2013.

**Mosley, Paul et al.**, (1995). Assessing Adjustment in Africa. *World Development*, Vol. 23, No. 9, pp. 1459-1473. Elsevier Science Ltd. Pergamon. [Disponível em on-line] in: <http://jweeks.org/1995%20Assessing%20adjustment%20in%20Africa.pdf>. Acedido em 23 de Julho de 2013.

**OECD** (2012). Strategic Response to The Financial and Economic Crisis. *Contribution to The Global Effort*. [Disponível em on-line] in: <http://www.oecd.org/economy/42061463.pdf>. Acedido em 23 de Junho de 2013.

**Oppenheimer, Jochen e Carvalho, Luís Francisco** (1998). Desenvolvimento Económico e Democracia Política na Contexto de Ajustamento Estrutural em África. Documentos de Trabalho. Nº48, *CESA/ISEG*. Lisboa.

**Perreira, Luis Carlos Bresser** (1997). A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controlo. Caderno 1. MARE. Brasília – DF.

**Rocha, Manuel José Alves** (2011). *Estabilização, Reformas e Desenvolvimento em Angola*. Mayamba editora, Luanda.

**Rodrik, Dani** (1996). *Understanding Economic Policy Reform*. [Disponível em on line] in: <http://faculty.nps.edu/relooney/rodrik.pdf>. Acedido em 23 de Novembro de 2012.

**Rodrik, Dani** (2002). “*Estratégia do Desenvolvimento para o Novo Século*” In: Brasil, México, África do Sul, Índia e China “ diálogo entre os que chegaram depois”. Unesp. S. Paulo.

**Santiso, Carlos** (2001). Good Governance and AID Effects Veness: *The World Bank and Conditional?* Vol.7. Number 1, pp.1-22. The Georgetown Public Policy Review.

**Sogge, David** (2009). Angola. ‘Failed’ yet Successful. Working Paper/ April. Fride. [Disponível em on line] in: [http://www.fride.org/download/WP81\\_Angola\\_failedyetsuccessful Port may09.pdf](http://www.fride.org/download/WP81_Angola_failedyetsuccessful_Port_may09.pdf). Acedido em 27 de Agosto de 2013.

**Tsalik, Svetlana e Schiffrin, Anya** (2005). Reportando o Petróleo: Um Guia Jornalístico sobre Energia Renováveis. *Como acabar com a maldição dos recursos*. Revenue Watch. Open Society Institute, New York.

**Torre, Juan Carlos**. O Encaminhamento Político das Reformas Estruturais. LUNOVA N°37, 1996. [Disponível em online] in : [www.scielo.br/pdf/ln/n37/a04n37.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ln/n37/a04n37.pdf). Acedido em 21 de Agosto de 2014.

**UNFPA** (2012). *Relatório sobre a Situação da População Mundial em 2011*.

**World Bank** (2012). Working for World Free or Poverty. Washington DC. [Disponível em on line] in: <http://worldbank.org/pt/Country/Angola/overview>. Acedido em 26 de Junho de 2013.

## ANEXO N° 1

### Caracterização de Angola

Área geográfica	1.246, 700 Km <sup>2</sup>
População	20,1 Milhões de habitantes (estimativa de 2008)
Densidade Populacional	14,2 Habitante por Km <sup>2</sup> (Estimativa de 2008)
PIB <i>per capita</i>	5.800 USD
Crescimento real do PIB	8 % (estimativa para 2014)
Taxa de Inflação	8 % (estimativa para 2014)
Dívida Externa	31,55 Mil milhões de USD (em 2013)
Taxa de Câmbio	98.3 (1USD=AOA)
Esperança de vida	56.8 Anos de idade
Índice de Corrupção (posição no ranking dos países 56 países africanos)	40 <sup>a</sup>
IDH (posição no ranking internacional de 182 países)	148 <sup>a</sup>
Regime Autoritário (posição no ranking internacional de 167 países)	133 <sup>a</sup>
Principais exportações	Petróleo, diamante, gás natural e outros recursos

**Fonte:** UNFPA 2012 – (Relatório sobre a Situação da População Mundial em 2011);

World Bank, 2012; PNUD – (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2013);

Ministério das Finanças (2014). Orçamento Geral do Estado

## ANEXO N° 2

### Angola: Crescimento do PIB, Inflação e Taxa de Câmbio (2002-2006)

Ano	Crescimento do PIB (em %)	Taxa de Inflação	Taxa de Câmbio
2002	14,00	106	-
2003	3,00	76,7	-
2004	11,00	36,4	-
2005	21,00	15	-
2006	19,00	10	80,26
2007	23,00	11,8	75,02
2008	13,2	10	89,4
2009	13,99	14	92,28
2010	15,31	15,31	95,28
2011	11,38	11,38	95,42
2012	9,02	9,2	96,61
2013	7,1	8	97,80
2014	8,0	8,2	98,00
2015	8,8	8	99,1

---

**Fonte:** adaptado a partir do African Economic Outlook, African Development Bank Group 2008; BNA/Departamento de Estudos Estatístico, 2011-2013; Ministério das Finanças, 2002-2014

### ANEXO N° 3

#### Alguns Indicadores Sobre o Crescimento Económico

(2006-2012: em milhões de Kwanzas)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Activos Internacionais Líquidos (em milhões de USD)	8.172,02	11.190,95	17.499,32	12.621,48	17.326,22	26.084,22	30.042,62
Reservas Brutas (em milhões de USD)	8.177,50	11.196,54	17.869,15	13.238,45	19.339,35	28.393,10	32.461,51
Outros Activos Externos Líquidos	2.934,25	2.347,75	2.222,84	23,97	154,53	3.513,60	505.605,39
Do BNA (em milhões de kwanzas)	-1.435,73	-1.435,73	-1.320,23	-1.569,72	78.244,44	82.193,79	79.633,96
Dos Bancos Comerciais	2.934,25	2.347,75	2.222,84	23,97	154,53	3.513,60	-11261
Activos Externos dos Bancos Comerciais	251.442,30	236.043,32	450.081,16	408.996,26	496.387,07	830.710,42	505.605,39
Passivos Externos dos Bancos Comerciais	-15.926,30	-54.492,19	-282.992,86	-406.853,44	-482.070,62	-495.927,88	-516.350,68
Activos Internos Líquidos (em milhões de Kwanzas)	-235.137,94	10.548,0	777.909,80	1.419.048,54	1.030.643,65	754.685,69	705.458,87
Créditos Interno Líquido	-206.669,49	82.737,33	616.276,78	1.728.125,69	1.748.367,12	17.789.913,44	1.657.669,09
Crédito a Economia (em milhões de Kwanzas)	289.073,33	508.550,82	732,89	1.332.467,91	1.676.304,20	2.268.147,67	2.518.718,24
Outros Activos e Passivos ( em milhões de Kwanzas)	-28.468,45	-71.189,33	161.633,02	-309.077,16	-751.373,75	-993.681,43	-952.210,23
Outros Activos ( em milhões de Kwanzas)	73.830,35	106.928,33	21.933,14	178.966,24	287.461,74	411.727,03	534.122,14
Outros Passivos ( em milhões de Kwanzas)	-1.362,01	-6.891,82	139.699,88	42.019,55	-326.132,37	-78.862,73	94.877,85
Capital e Reservas (em milhões de Kwanzas)	-100.936,79	-172.255,84	-	-530.062,95	-712.703,12	-1.326.546,29	-1.581.210,22

Fonte: BNA/Departamento de Estudos Estatístico, 2013.

#### **ANEXO N° 4**

##### **Indicadores Sobre Receitas Fiscais, Exportação, Preço do Petróleo (2008-2012)**

<b>DESCRIÇÃO</b>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Crescimento do PIB real (%)	23,5	16,3	2,4	8,6	7,5	11,1	7,1
Receitas Fiscais (%)	22,6	41,2	19,5	26	27,9	27,4	-
Sector não petrolífero (%)	25,7	19,5	8,3	10,5	9,7	9,1	7,3
Sector petrolífero (%)	38	41,2	19,5	27,9	26	26,9	6,6
Preço de Petróleo (Barril/US\$)	70	93,9	60,7	77,8	110,1	110	103
Exportação do petróleo (em milhões de Barris)	605,3	672,7	646,8	625,1	586,4	111,6	112,8
Reservas Brutas (em milhões de U\$D)	11.196,54	17.869,15	13.238,45	19.339,35	28.393,10	32.461,51	
Reservas Internacionais Líquidas (em mil milhões de U\$D)	11.190	17.499	12.621	17.326	26.084	33,70	35,9

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir do OGE, 2008 a 20112; BNA/DEE, 2013.

#### **ANEXO N° 5**

##### **Evolução da Estrutura das Despesas Pública em percentagem (2007-2014)**

<b>Função</b>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Administração	14,6	14,3	16,1	14,5	14	21	23	33
Económico	16,2	27,8	24,2	16,7	12	10	18	19
Defesa, Segurança e Ordem Pública	21,1	18	15	19,6	15	15	18	16
Encargos Financeiros	17,5	10,9	13,2	18,7	26	21	7	-
Sector Social	30,6	28,8	31,6	30,5	33	33	34	29

**Fonte:** Ministério das Finanças/OGE, 2007 a 2013.

## ANEXO N° 6

### As Medidas de Reformas Estruturais no Âmbito do Acordo Stand-By

<b>Reformas</b>	<b>Objectivos</b>	<b>Medidas</b>	<b>Grau de Implementação</b>
<b>Gestão das Finanças Publicas</b>	Melhorar a gestão das finanças públicas em Angola; Proceder a publicação dos relatórios do processo orçamental pelo Ministério das Finanças, incluindo as despesas da Sonangol	Concluir a regularização de todas as contas do Estado a pagar acumuladas em 2010 e outras contraídas em 2011	Cumprido a partir do I trimestre de 2010 e mais tarde Agosto do mesmo ano
<b>Transparência Fiscal</b>	Publicar os relatórios de execução orçamental incluindo as despesas cabimentadas e parafiscais realizadas pela Sonangol em nome do Estado (Governo Central); Publicar os relatórios das contas da Sonangol durante o ano de 2008 com auditoria de uma empresa de consultoria internacional	Publicação das demonstrações financeiras auditadas da Sonangol	Não foram cumpridas inicialmente apenas foram publicadas as demonstrações Financeiras de 2010
<b>Estabilização do Sistema Financeiro</b>	Reduzir a vulnerabilidade do sistema financeiro á choques externos; Diminuir os riscos na concessão de empréstimos bancários em moeda estrangeira, o dólar	Corrigir a regulamentação sobre adequação de fundos próprios para reflectir os riscos de crédito dos empréstimos em dólar	Cumprido a partir do I trimestre de 2011
			Em fase de implementação

<b>Reforma Tributária</b>	Apresentar ao Conselho de Ministros o Projecto de Reforma Tributária a devido apreciação pela Assembleia Nacional	Implementação de um quadro jurídico com vista a estabelecer o Programa Executiva de Reforma Tributária	
<b>Medidas e Transparência e Salvaguarda do BNA</b>	Melhorar a performance da boa governação e transparência do BNA enquanto detentor da política monetária e cambial do Estado; emissão dos relatórios do Gabinete de Auditoria do banco e ao Conselho Fiscal	Reconstituição as reservas líquidas internacionais e supervisionadas por uma consultoria internacional; Adesão á iniciativa internacional sobre a Iniciativa da Transparência na Industria Extractiva (ITIE); Publicação das demonstrações financeiras auditadas pelo BNA para 2009 e 2010	Cumprido em 2011

**Fonte:** Elaborada pelo actor a partir do FMI, 20

## ANEXO N° 7

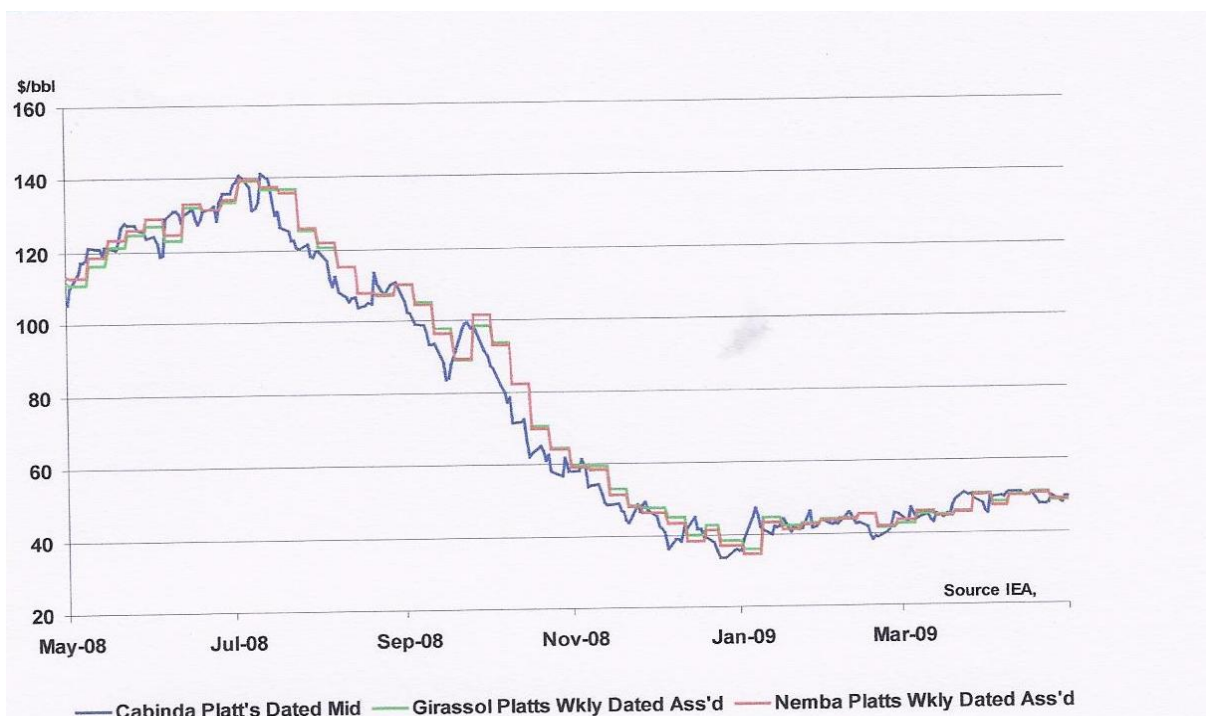
### Taxas reais de crescimento do PIB (%)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>PIBpm</b>	13,8	2,4	3,4	3,4	5,3	5,1
<b>Sector petrolífero</b>	12,3	-5,1	-3	5,6	4,3	2,6
<b>Sector não petrolífero</b>	14	8,3	7,8	9,1	5,6	6,5
<b>Agricultura</b>	1,9	29	6	11,4	-22,5	8,6
<b>Pescas e derivados</b>	-2,4	-8,7	1,3	3,5	9,7	9,8
<b>Diamantes e outros</b>	-8,2	4,6	-10,3	-3,3	0,3	6,6
<b>Industria transformadora</b>	11	5,3	10,7	3,8	6,5	8
<b>Construção</b>	25,6	23,8	16,1	6,8	7,5	7,6
<b>Energia</b>	26,1	21,3	10,9	15	23,9	22,4
<b>Serviços mercantis</b>	26,9	-1,4	8,7	12,3	10	5,4
<b>Outros</b>	1,9	5,9	4,7	8,2	8,3	5

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir do OGE, 2008 a 2013.

## ANEXO N° 8

### Preço do Petróleo durante o Ano de 2008 (Maio-Março)



Fonte: Jensen, Soren Kirk et al., 2010

## ANEXO Nº 9

### Indicadores Sobre Balança de Pagamentos

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Conta Corrente</b>	7.194	- 7.572	480	4.320,00	7.935
<b>Balança Comercial</b>	42.932	18168	28.232	24.804	24.804
Exportações, FOB	63.914	40.828	49.724	50.154	69.337
Petróleo bruto	61.666	39.271	47.703	61.913	66.895
Produtos petrolíferos	792	532	638	678	874
Outros	247	212	262	325	122
Importações, FOB	-20.982	-22.660	-21.442	-18.342	-23.855
<b>Conta Financeira e de Capitais</b>	4.108	-1.647	7.574	5.566	5.468
Conta Financeira	4.095	-1.659	7.574	2.214	5.468
IDE e Investimento de carteira	-1.381	1.199	2.319	2.919	335
Outros investimentos	5.476	-2.857	5.253	-3.940	5.468
<b>Balança Global</b>	9.246	-5.183	3.691	1.246	13.402

(em Percentagem do PIB)

<b>Conta Corrente</b>	8,5	-10,0	0,6	-4,8	12
<b>Balança Comercial</b>	51,0	24,1	33,5	27,6	41,7
<b>Conta de capital e Financeira</b>	4,9	-2,2	9,0	2,5	5,0
<b>Saldo Global</b>	11,0	-6,9	4,4	1,4	12,3
Exportações, FOB (variação percentual)	44,0	-36,1	21,8	0,9	26,3
Exportações de petróleo (var.%)	232,8	-65,2	21,5	0,5	-7,3
Importações, FOB (variação percentual)	53,6	8,0	...	18,2	9,8

Fonte: FMI, 2009